

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E  
ATUÁRIA

**GIOVANNA GOMES FRANÇA**

**ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO BRASIL**

São Paulo

2022

**GIOVANNA GOMES FRANÇA**

**ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO BRASIL**

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Corrêa de Lacerda

São Paulo

2022

**O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.**

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

### **Ficha Catalográfica**

França, Giovanna Gomes.

Endividamento da População de Baixa Renda no Brasil – São Paulo, 2022

45 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Antonio Corrêa de Lacerda

1. Endividamento 2. Baixa renda, 3. Crédito.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, mais especificamente, meus pais, Alessandra e Flavio, que tornaram o sonho da minha graduação uma realidade. O esforço e o apoio deles, faz com que esta etapa da minha vida seja concluída com os sentimentos mais puros de gratidão e felicidade.

## **RESUMO**

Esta pesquisa objetiva analisar e compreender o processo de endividamento da população brasileira de baixa renda entre os anos de 2000 e 2020. Para tanto, foi investigado o comportamento do mercado de crédito brasileiro e a conduta das instituições financeiras de acordo com o cenário econômico nacional em períodos de expansão e retração. Além disso, foram discutidos os principais produtos de crédito bancário que se difundiram dentre os indivíduos e se tornaram responsáveis por maior parte dos problemas de inadimplência. Assim, buscou-se relacionar essas informações com a evolução do progresso do endividamento de modo a discutir a vulnerabilidade das famílias considerando suas condições sociais e seu grau de instrução no que concerne à educação financeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Endividamento; Baixa renda; Crédito.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de crédito por controle de capital (1995-2002) .....	13
Gráfico 2 - Crédito Pessoal - Juros pré-fixados .....	15
Gráfico 3 - Saldo da carteira em relação ao PIB (%) - Pessoas físicas .....	16
Gráfico 4 - Provisões em relação a carteira de crédito do SFN (%) .....	18
Gráfico 5 - Evolução do Crédito - Pessoas Físicas .....	19
Gráfico 6 - Selic vs. Taxa das operações de crédito .....	21
Gráfico 7 - Evolução do Crédito Imobiliário no Brasil.....	24
Gráfico 8 - Cartões de Crédito - Número de Transações .....	27
Gráfico 9 - Saldo da carteira de Cartão de Crédito (em R\$ bilhões) .....	28

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Indicadores econômicos (2003-2008) .....	14
Tabela 2 – Indicadores econômicos (2009-2014) .....	17
Tabela 3 – Participação das instituições financeiras em títulos (2010-2014) .....	17
Tabela 4 – Taxa selic (dez/19-dez/20) .....	20
Tabela 5 – Consessões das operações de crédito à Pessoa Física (2018-2020) .....	20
Tabela 6 – Variação anual do Crédito Imobiliário Total em % do PIB (2003-2010) .....	24
Tabela 7 – Produção de automóveis (2000-2010) .....	25
Tabela 8 – Saldo das operações de Crédito (2004-2010) .....	26
Tabela 9 – Endividamento das famílias brasileiras (2010-2020) .....	35

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL E O COMPORTAMENTO DOS BANCOS.....	11
CAPÍTULO 2 - POPULARIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO BANCÁRIO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	22
CAPÍTULO 3 - PROGRESSO DO ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.....	34
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como finalidade analisar e compreender o processo de endividamento da população brasileira de baixa renda entre os anos de 2000 e 2020. Para isso, foi necessário explorar o funcionamento do mercado creditício e a conduta das instituições financeiras de acordo com o desempenho econômico nacional em fases de expansão e retração. Além disso, realizou-se uma investigação acerca dos principais produtos de crédito bancário que se difundiram dentre os indivíduos e se tornaram responsáveis por maior parte dos problemas de inadimplência. Desse modo, buscou-se relacionar essas informações com a evolução do progresso do endividamento de modo a discutir a vulnerabilidade das famílias considerando suas condições sociais e seu grau de instrução no que concerne à educação financeira.

O comportamento do mercado de crédito bancário brasileiro exerce influência direta sobre a sociedade. A expansão do crédito bancário à pessoa física evidenciou a vulnerabilidade dos consumidores pertencentes à população de baixa renda. Ressaltam-se seus limitados conhecimentos e experiências com a contratação de crédito e a predisposição de fragilização da condição financeira devido às dívidas assumidas e à incapacidade de saldá-las.

Concomitantemente à expansão da oferta, houve um expressivo aumento da demanda por crédito, gerando um crescimento significativo do endividamento nas classes de menor renda, o que estimulou a discussão sobre as consequências do aumento do crédito ao consumidor e as suas implicações para a economia brasileira.

O endividamento da população brasileira de baixa renda a partir dos anos 2000 concretizou-se através da dinâmica financeira adotada pelo país a partir da década de 1990. A abertura comercial impulsionou o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e incentivou a geração e a ampliação de diversos tipos de produtos e serviços financeiros que passaram a ser disponibilizados para essa parcela população que até então não tinha acesso ao crédito.

A inexperiência e a falta de conhecimento em relação a educação financeira é um dos fatores mais relevantes concernentes ao processo de endividamento. Grande parte das pessoas não elaboram um planejamento de gastos, o que prejudica o controle financeiro. A organização das finanças viabiliza o estabelecimento de metas de consumo mais claras, inibindo decisões imediatistas. O estudo de finanças pessoais tende a se tornar cada vez mais importante na atualidade. A educação financeira auxilia o consumidor e aprimora seus conhecimentos financeiros com o intuito de fortalecer sua capacidade e segurança para tomar decisões corretas.

Por sua vez, as instituições bancárias trabalham com situações de incerteza e buscam delinear suas estratégias conciliando as variáveis de rentabilidade e liquidez. Em fases econômicas expansionistas, os bancos tendem a conceder um maior volume de crédito, privilegiando a rentabilidade. Em fases econômicas descendentes, passam a adotar estratégias defensivas, contraindo o crédito e priorizando a liquidez.

A metodologia adotada para a pesquisa incluiu a análise de artigos acadêmicos, materiais e livros relevantes, além do levantamento de dados quantitativos e informações de fontes oficiais, como BACEN, IPEADATA e PEIC. Foram feitas comparações entre diferentes períodos, de modo a relacionar a conjuntura política e social do momento com o nível de endividamento apresentado.

A monografia está organizada em três capítulos. O primeiro analisa o mercado creditício brasileiro e o comportamento das instituições financeiras conforme as movimentações de expansão e contração da economia nacional sustentado pela Hipótese de Fragilidade Financeira de Minsky. O segundo capítulo discorre sobre a difusão e popularização dos produtos de crédito bancário sobre as camadas mais modestas da sociedade e a crescente importância do conhecimento concernente à educação financeira, evidenciando a relação das famílias com este tema. Por fim, o terceiro expõe e analisa a evolução do endividamento da população de baixa renda.

## **CAPÍTULO 1 - MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL E O COMPORTAMENTO DOS BANCOS**

Ao discorrer sobre a evolução do mercado de crédito no Brasil, é fundamental compreender como as instituições financeiras capitalistas se comportam diante de situações de expansão e contração da oferta de crédito. Para facilitar o entendimento da conduta dos bancos é preciso explorar a abordagem da Hipótese de Fragilidade Financeira de Minsky. De acordo com o autor, em uma economia monetária, as oscilações cíclicas decorrem das preferências dos agentes econômicos (firmas, famílias e bancos) em relação a composição de suas carteiras. Além disso, a melhora ou piora das expectativas dos agentes em relação ao futuro, refletem em períodos de crescimento ou retração econômica, respectivamente. À vista disso, as economias se expõem à vulnerabilidade financeira em função de elementos institucionais, ligados à estruturação e o avanço do sistema financeiro, e circunstanciais, acerca das expectativas dos agentes econômicos.

Segundo Paula e Alves Junior (2020) que discorrem sobre o artigo de Carvalho (2007), as instituições financeiras atuam sob cenários de incerteza, e, assim, devem tomar decisões harmonizando sua preferência pela liquidez e as possibilidades de lucro para uma determinada posição de expectativas. Desse modo, há duas situações econômicas que influenciam o comportamento dos bancos em relação a composição de sua carteira de ativos e a concessão de crédito.

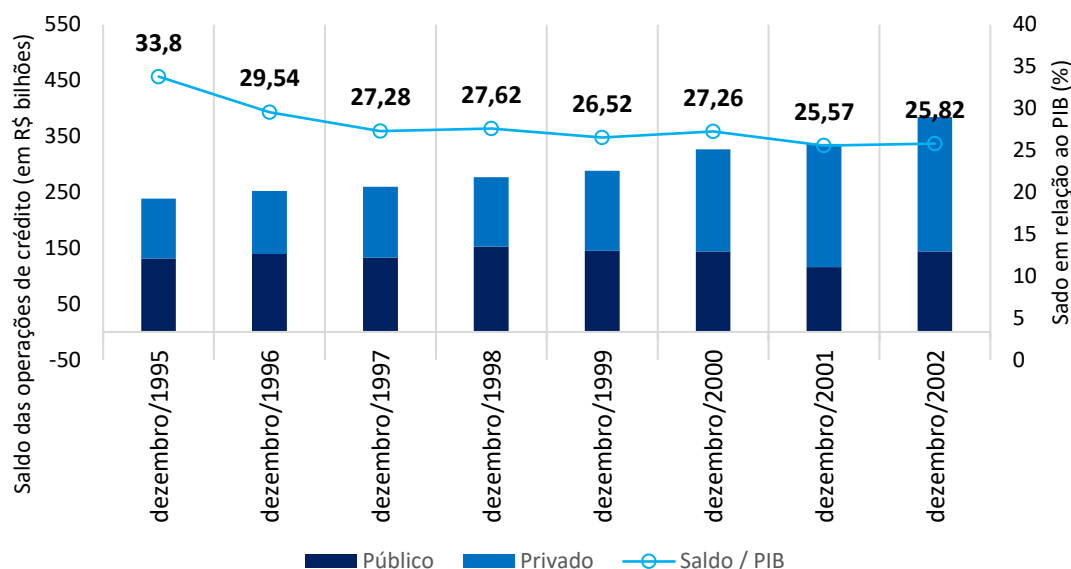
A primeira situação é de uma fase econômica expansionista, na qual, as expectativas são otimistas. No que concerne à carteira de aplicações dos bancos, estes irão priorizar rentabilidade à liquidez. Para tal, aumentam-se os prazos e compram ativos de maior risco. Além disso, retraem o volume de operações em ativos líquidos, aumentando a participação em adiantamentos e empréstimos de longo prazo. Assim, as instituições financeiras assumem posicionamentos mais audaciosos, expondo-se mais aos riscos.

A segunda situação refere-se a um momento de recuo econômico. No que diz respeito ao portfólio de aplicações dos bancos, estes passam preferir liquidez à

rentabilidade. Para tanto, adquirem ativos mais líquidos e menos lucrativos, causando uma derrocada na oferta de crédito. Diminui-se a presença nas operações de adiantamentos e empréstimos de longo prazo. Além disso, as instituições atentam-se ao risco de insolvência, reduzindo as taxas de maturidade e os prazos. Dessarte, os bancos adotam uma conduta mais conservadora, revelando uma aversão à riscos.

Desde a década de 1990 até o ano de 2002 o Brasil passou por um período de grande recuo da oferta de crédito bancária. Com a implementação do Plano Real em 1994, três programas de reestruturação econômica foram criados: Programa de Estímulo à Recuperação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) e Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF). O Proer, entre 1995 e 1997, colocou três importantes bancos à venda. O Proes foi responsável por realizar intervenções com o objetivo de federalizar dívidas e a privatizar bancos estaduais. O PROEF em 2001 autorizou a transferência de um elevado volume ativos com complicações de liquidação para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea). A operação inicial foi uma cessão de R\$ 26,61 bilhões em contratos de financiamentos imobiliários pela Caixa Econômica Federal, logo em seguida, R\$ 4,25 bilhões de reais foram integralizados pela União através de uma transferência de créditos imobiliários de operações da Caixa. Esse fato ocasionou uma profunda retração do crédito, decaindo em 34 pontos percentuais (p.p) do PIB em 1995 para 26 (p.p) do PIB em 2002 (Gráfico 1) e ocasionou uma redução da oferta de crédito por bancos públicos em relação aos privados.

**Gráfico 1 - Evolução de crédito por controle de capital (1995-2002)**



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

A partir do final de 2003 até meados de 2008 o cenário econômico brasileiro passou por um processo de recuperação e melhoria. Este avanço pode ser evidenciado pelos indicadores macroeconômicos (Tabela 1). O PIB se eleva a cada ano, revelando um crescimento de cerca de 81% durante esse período. Há uma retração na taxa de juros, resultando em uma queda de 2,6 pontos percentuais. Houve um aumento no número de empregos e na massa salarial, sendo que o salário-mínimo saltou de R\$ 240,00 para R\$ 415,00 reais, 73% de crescimento comparando com o início do período. Além disso, o Brasil passou a apresentar uma boa situação internacional em função de uma política de acumulação de divisas e do declínio da dívida externa líquida.

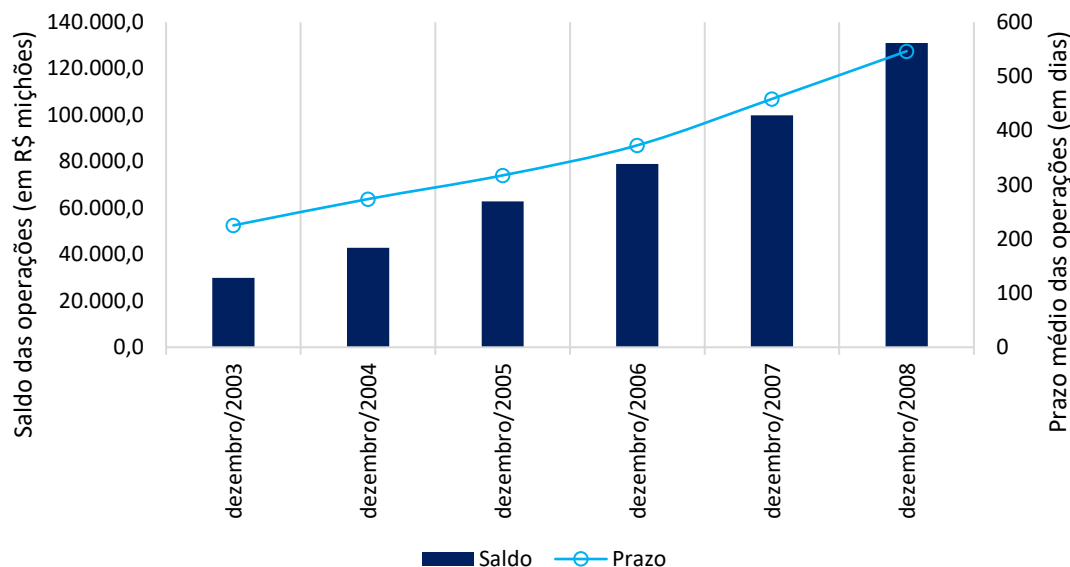
**Tabela 1 – Indicadores econômicos (2003-2008)**

<b>Indicador / Ano</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Nacionais</b>						
Taxa de Juros Selic anualizada (% a.a.)	16,3	17,8	18,1	13,2	11,2	13,7
PIB acumulado no ano - Valores Correntes (R\$ trilhões)	1,7	2,0	2,2	2,4	2,7	3,1
<b>Internacionais</b>						
Dívida Líquida Externa do Setor Público - Governo Federal e BACEN (em bilhões)	160	125	47	-47	-177	-295
Reservas internacionais em divisas conversíveis (US\$ bilhões)	47	52	53	84	164	191
<b>Mercado de trabalho</b>						
Salário mínimo (R\$ - Reais)	240	260	300	350	380	415
Índice de emprego formal	106,5	114,7	121,9	129,0	137,9	145,7

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)

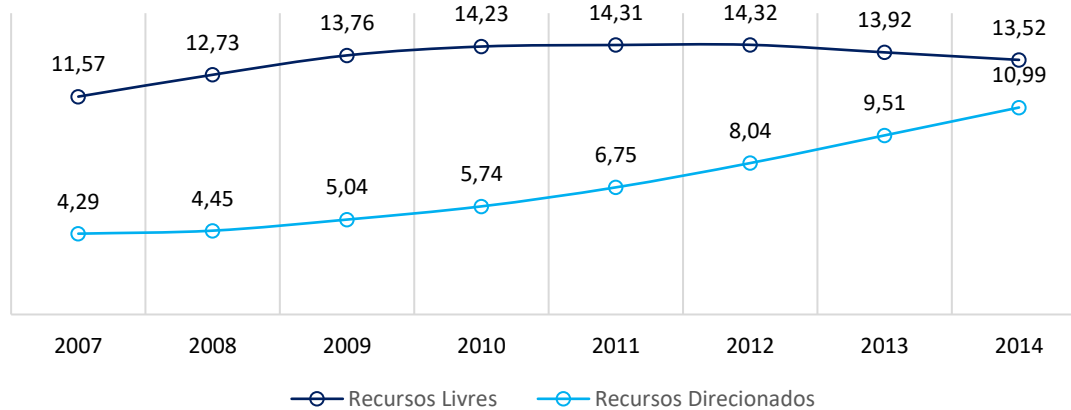
O otimismo no contexto econômico, por sua vez, afetou o mercado creditício de forma direta. Os bancos passaram a conceder um maior volume de crédito a taxas mais baixas e prazos de pagamento mais altos. Vale ressaltar que a expansão creditícia foi predominante na modalidade de recursos livres<sup>1</sup>, principalmente sobre os produtos de Crédito Pessoal com juros pré-fixados (Gráfico 2) – o saldo e o prazo das operações se elevaram a cada ano apresentando crescimentos significativos. Ademais, foram criadas novidades financeiras que também contribuíram com a expansão da oferta. Desenrolou-se a criação do Crédito Consignado em folha no ano de 2003, as alterações nos recursos de alienação fiduciária em 2004, aumentando a demanda de crédito imobiliário e empréstimos para a compra de veículos e a aprovação da nova lei de falências em 2005, diminuindo o risco do credor em caso de falência. Em contrapartida, com a melhoria das expectativas dos agentes econômicos, os bancos reduziram sua participação em títulos e valores mobiliários, uma vez que passaram a priorizar rentabilidade à liquidez.

<sup>1</sup> Modalidade na qual os produtos têm suas taxas de juros estabelecidas de maneira livre entre as instituições financeiras (credoras) e tomadores em cada operação. Nestes casos, os bancos possuem autonomia sobre o destino dos recursos captados.

**Gráfico 2 - Crédito Pessoal - Juros pré-fixados**

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Este processo de amplificação creditícia iniciado ao final 2003 foi comandado pelos bancos privados e durou até setembro de 2008, ano em que ocorreu uma grande crise financeira internacional. O período entre os anos de 2008 e 2010 foi marcado pelo efeito da crise sobre a economia brasileira, provocando reações imediatas sobre o mercado de crédito. Desse modo, as instituições privadas, que até então lideravam o mercado de crédito, reduziram o volume de concessões, aumentaram suas taxas e diminuíram seus prazos. À vista disso, o Banco Central do Brasil (BCB) reagiu implementando uma política financeira ativa que seria realizada pelos bancos públicos federais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estas instituições foram incumbidas de aumentar sua participação na concessão creditícia de modo a prevenir uma possível crise no mercado. A partir dessa decisão, houve uma desaceleração da oferta de crédito a pessoas físicas de recursos livres – que era liderada pelos bancos privados – e uma aceleração na oferta de crédito de recursos direcionados (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Saldo da carteira em relação ao PIB (%) - Pessoas físicas**

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Mesmo com a expansão da oferta de crédito direcionado pelos bancos públicos, em meados 2010 iniciaram-se os indícios de uma crise na zona do euro, a taxa básica de juros Selic se elevou (Tabela 2) – de 8,7% em 2009 para 10,7% em 2010 – e passou a existir uma preocupação sobre a vulnerabilidade do setor bancário. Desse modo, no início de 2011 o Banco Central do Brasil introduziu medidas macroprudenciais que colaboraram com a desaceleração da oferta de crédito nos anos seguintes (Tabela 2) – os saldos continuaram crescendo, porém em um ritmo mais lento. Ao final de 2011 a crise europeia se acentuou e foi percebido que o crescimento devia ser impulsionado por estímulos no mercado interno. Desse modo, o Banco Central flexibilizou sua política e reduziu a Selic de 10,9% em 2011 para 7,3% em 2012 em 2012 (Tabela 2), fomentando o mercado creditício. Contudo, a redução da Selic não foi acompanhada por uma diminuição das taxas cobradas pelas instituições financeiras, desse modo, o governo forçou os bancos públicos a diminuírem suas taxas ansiando que os privados fariam o mesmo, porém, não foi o que aconteceu. A somatória desses elementos levou a uma piora das expectativas dos agentes econômicos, levando a uma queda nos investimentos diretos até o ano de 2013 e uma leve desaceleração econômica expressa no crescimento do PIB em ritmo mais lento (Tabela 2).

**Tabela 2 – Indicadores econômicos (2009-2014)**

<b>Indicador / Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Taxa de Juros Selic anualizada (% a.a.)	8,7	10,7	10,9	7,3	9,9	11,7
PIB acumulado no ano - Valores Correntes (R\$ trilhões)	3,3	3,9	4,4	4,8	5,3	5,8
Saldo da carteira de crédito a PF em relação ao PIB (%)	18,8	19,9	21,1	22,4	23,4	24,5
Investimento direto no país acumulado em 12 meses em relação ao PIB mensal (%)	1,9	3,7	3,9	3,8	3,1	3,6

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Com a piora das expectativas, as instituições financeiras passaram a priorizar liquidez a rentabilidade, aumentando sua participação em títulos de dívida bancária e títulos de cessão de crédito como Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI). A Tabela 3, em especial, mostra expressivo crescimento das LF's que expandiram cerca de 352% no intervalo de apenas um ano (2010-2011) e o aumento sucessivo que os demais títulos obtiveram entre o período de 2010 e 2014.

**Tabela 3 – Participação das instituições financeiras em títulos (2010-2014)**

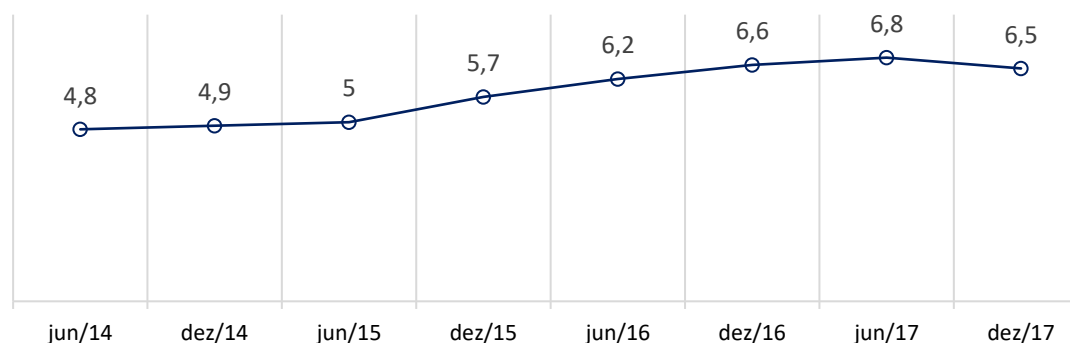
<b>Títulos / Ano</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Títulos de dívida bancária</b>					
LF	25,9	117	171,1	209,1	269,5
<b>Títulos de cessão de crédito</b>					
LCA	13,1	19,2	22,2	29,1	148,9
LCI	29,3	46,8	62,3	96,7	160,2
CRI	19	27,8	33,4	45,4	55,6
Outros	61,4	93,8	117,9	171,2	364,7

Fonte: IPEA (2016)

Em 2014, o aumento da taxa de juros, foi seguido pelos desequilíbrios nas contas públicas e externas, desacelerando o mercado de crédito. Os bancos privados e públicos passaram a cobrar taxas consideravelmente maiores que a Selic em função de uma recomposição de *spreads* anunciada no ano anterior. Nesse momento, os bancos públicos não conseguiam expandir sua oferta para compensar a redução dos bancos privados. Desse modo, com a piora das expectativas, os bancos se tornaram mais conservadores quanto a concessão de crédito e aumentaram mais ainda sua preferência pela liquidez, adquirindo títulos de dívidas pública.

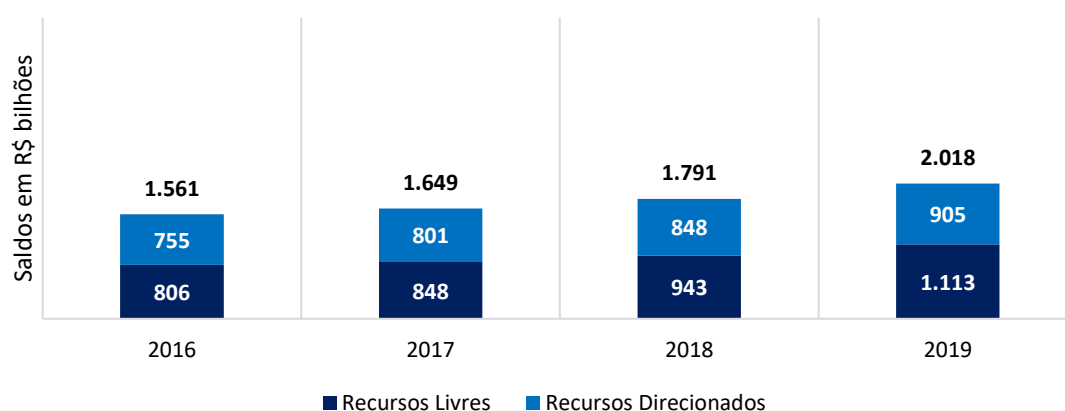
Durante o ano de 2015, o cenário político-econômico brasileiro não era favorável, importantes empresas do setor de construção civil e infraestrutura se envolveram em escândalos de corrupções reforçando a conduta dos bancos. Houve um expressivo aumento no desemprego e queda na massa salarial. Assim, durante os anos de 2015 e 2016, houve profunda retração creditícia e um aumento na fragilidade dos agentes econômicos. Os bancos ampliaram sua Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - que se mantinha estável na faixa dos 4,9% da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional em 2014, aumentando sucessivamente e cada ano, atingindo 6,6% da carteira no final de 2016 (Gráfico 4) - e suas aplicações em ativos mais líquidos.

**Gráfico 4 - Provisões em relação a carteira de crédito do SFN (%)**



No ano de 2017, o mercado de crédito começa a evoluir para um movimento de recuperação junto à atividade econômica. Com a queda da inflação, da taxa de juros e do desemprego as concessões à pessoa física aumentaram tanto em recursos livres (+42 bilhões) quanto em recursos direcionados (+46 bilhões) (Gráfico 5). Durante os anos seguintes até 2019, o mercado continuou seguindo a tendência de expansão (Gráfico 5).

### Gráfico 5 - Evolução do Crédito - Pessoas Físicas



Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório de Economia Bancária

O ano de 2020 requer atenção especial pois foi marcado por uma conjuntura extremamente atípica em âmbito mundial, a pandemia do corona vírus. O vírus surgiu ao final de 2019 na China, e chegou no Brasil em meados de março de 2020. Em função do caráter altamente contagioso da doença e de seu elevado risco de morte, empresas e comércios tiveram de ser fechados causando uma grande desaceleração econômica. Em um cenário de medo e instabilidade, os governos de todos os países passaram a buscar meios de tentar evitar um colapso em suas economias propondo medidas de contenção de perdas e estímulos. Uma das principais medidas tomadas pelo Banco Central do Brasil foi a redução da taxa Selic em março de 2020 para 3,65% ao ano (Tabela 4), representando o menor nível histórico até aquele momento. Desse modo, em 2020 houve sucessivas reduções da Selic, até estabilizá-la em 1,9% a.a. (Tabela 4) com o objetivo de impulsionar a economia.

**Tabela 4 – Taxa Selic (dez/19-dez/20)**

<b>Indicador / Data</b>	<b>dez/19</b>	<b>mar/20</b>	<b>mai/20</b>	<b>jun/20</b>	<b>ago/20</b>	<b>out/20</b>	<b>dez/20</b>
Taxa Selic (%)	4,4	3,65	2,9	2,15	1,9	1,9	1,9
Varição (em p.p.)	-	-0,75	-0,75	-0,75	-0,25	0	0

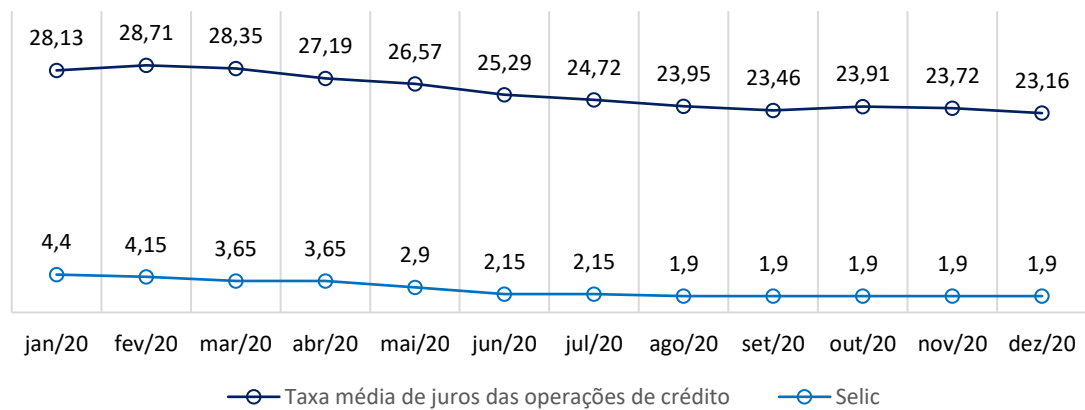
Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Em 2020, as concessões de crédito destinadas a pessoas físicas cresceram cerca de 0,6% em relação ao ano anterior, este aumento, contudo, foi menor que o registrado em 2019, de 14,6% (Tabela 5). Vale ressaltar que as taxas de juros das concessões acompanharam o movimento de queda da Selic, o Gráfico 6 mostra esse movimento. Desse modo, o aumento das concessões em um ritmo mais baixo pode ser explicado pelo cenário de juros baixos que favoreceu a tomada de empréstimos e a retração nas compras com cartões de crédito em função da pandemia.

**Tabela 5 – Concessões das operações de crédito à Pessoa Física (2018-2020)**

<b>Indicador</b>	<b>R\$ Bilhões</b>			<b>Varição %</b>	
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Concessões das operações de crédito à Pessoa Física (R\$ bilhões)</b>	1.847	2.117	2.130	14,6	0,6

Fonte: IPEA DATA – séries históricas

**Gráfico 6 - Selic vs. Taxa das operações de crédito**

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

## **CAPÍTULO 2 - POPULARIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO BANCÁRIO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

A sociedade líquido moderna de Bauman (2008) reflete a fragilidade das relações sociais e econômicas que acarretam uma acelerada desvalorização dos bens materiais. Os indivíduos são instigados a adotar um estilo de vida extremamente consumista. Os produtos se tornam voláteis e a necessidade da substituição por outros novos é cada vez maior. A satisfação do consumidor é dada apenas ao fim do ato de consumir, sendo assim, se caracteriza por uma sensação momentânea. Desse modo, o sentimento de satisfação sempre está em movimento, fazendo com que os indivíduos se mantenham em um ciclo vicioso de compras. O consumo desenfreado é incitado pela facilidade de acesso ao crédito, que por sua vez, é ditado pelo “compre agora e pague depois”.

Conforme Lopes (2012), a expansão do acesso ao crédito às famílias brasileiras, levou a uma elevação do consumo de bens e serviços e do padrão de vida e bem estar social. Contudo, se os indivíduos não conseguirem saldar suas obrigações podem acabar em graves situações de endividamento. Nesse contexto, Hennigen (2010) pontua que o crédito passou a ser considerado como parte integrante do orçamento familiar e não mais apenas um recurso esporádico:

Nos dias de hoje, praticamente tudo que se consome pode ser financiado de uma forma ou outra; crescem as instituições que operam com crédito; mais produtos e serviços são financiados e variadas são as modalidades a disposição de todos os segmentos sociais. O crédito claramente deixou de ser um recurso excepcional; trata-se agora de uma forma de gestão corrente do orçamento pessoal e familiar. (HENNIGEN, 2010, p.1187)

Souza (2013) explica que grande parte dos brasileiros tomam o crédito como um meio de aumento de renda, todavia, o crédito, na realidade, é um adiantamento da renda futura. Em seu trabalho Bortoluzzi, Boligon, Holleveg e Medeiros (2015) afirmam que os hábitos de consumo das classes C, D e E se transformaram com a maior disponibilidade de crédito, pois passaram a poder comprar bens mais caros com maiores prazos de solvência.

Ribeiro e Lara (2016), retratam que o endividamento das famílias brasileiras a partir de 2000 está inserido no contexto da abertura financeira iniciada em 1990. Esse processo viabilizou a criação e ampliação de produtos e serviços. Antes da abertura, a concessão de crédito era oferecida apenas a uma pequena parcela mais abastada da sociedade - indivíduos que apresentavam comprovação de renda ou propriedade.

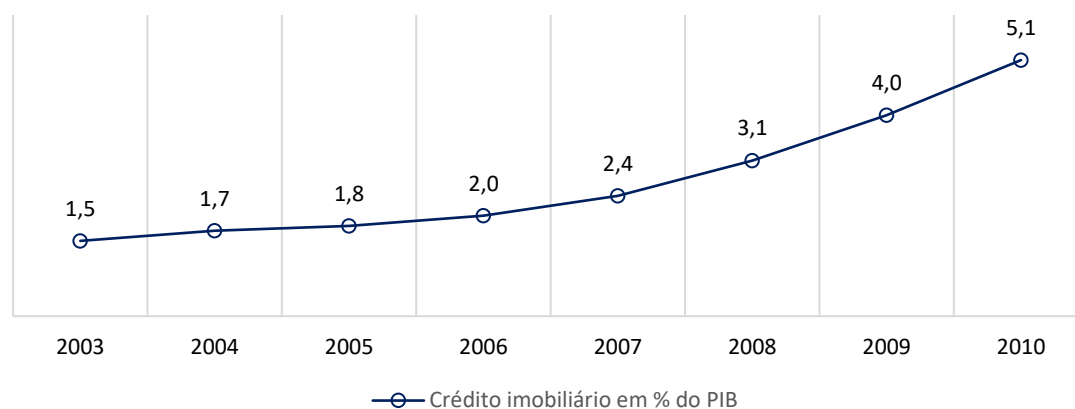
Como mencionado no capítulo interior, a partir do ano de 2003, o cenário econômico brasileiro passou por um processo de recuperação e melhoria. A partir desse período, houve uma forte expansão da oferta de crédito às pessoas físicas, ocasionando o aumento do poder de compra das famílias e da demanda de consumo. “A economia brasileira cresceu nos últimos anos estimulada por fatores como forte demanda de consumo, ascensão da classe C e inclusão bancária, viabilizados pelo acesso facilitado ao crédito.” (Bortoluzzi, Boligon, Holleveg e Medeiros, 2015, p. 116)

Conforme Ribeiro e Lara (2016), no Brasil, o endividamento ocorre principalmente pelos produtos financeiros: crédito imobiliário, crédito para compra de automóveis, crédito consignado e cartão de crédito.

A ascensão da modalidade de crédito imobiliário se deu a partir do ano de 2000 quando a Caixa Econômica Federal passou a priorizar classes mais baixas da sociedade. Em 2004, houve mudanças na lei 10.931/2004 de alienação fiduciária que afetaram positivamente o mercado habitacional. No ano de 2009 foi criado o programa de maior iniciativa à casa própria no Brasil, o Minha Casa, Minha Vida. O cenário macroeconômico de aumento de emprego e renda cooperou com um ambiente favorável à expansão creditícia, visto que a população passou a ter mais condições de adquirir um financiamento imobiliário. Além desses fatores, durante a crise de 2008, o governo Lula adotou uma política macroeconômica apoiada pelos bancos públicos propícia a expansão do crédito direcionado a pessoa física. Desse modo, as mudanças institucionais, o cenário macroeconômico promissor e a atuação do governo justificam o crescimento acelerado –

elucidado pelo (Gráfico 7) e pela (Tabela 6) – do mercado de crédito imobiliário a partir de 2008.

**Gráfico 7 - Evolução do Crédito Imobiliário no Brasil**



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

**Tabela 6 – Variação anual do Crédito Imobiliário Total em % do PIB (2003-2010)**

Indicador	Variação %							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Variação anual do Crédito Imobiliário Total em % do PIB	-	13,3%	5,9%	11,1%	20,0%	29,2%	29,0%	27,5%

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

A expansão do crédito destinado a aquisição de veículos foi possibilitada pelo aumento da produção do setor automotivo sobretudo a partir do ano de 2004. Como mostra a Tabela 7 abaixo, dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (ANFAVEA) mostram que produção de veículos entre 2004 e 2010 cresceu cerca de 51%. Além disso, as alterações na lei de alienação fiduciária também contribuíram para o aumento da oferta de crédito automotivo reduzindo spreads e concedendo prazos mais longos.

**Tabela 7 – Produção de automóveis (2000-2010)**

Indicador	Quantidade em milhões										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Produção de Automóveis</b>	1.298	1.384	1.376	1.428	1.778	1.980	2.027	2.361	2.498	2.568	2.683

Fonte: ANFAVEA – séries temporais

O crédito consignado - forma de empréstimo a trabalhadores realizado por meio do desconto em folha de pagamento, foi regulamentado em 2003 pelo governo federal e facilitou a cessão de créditos com taxas de juros mais baixas para funcionários públicos, trabalhadores veiculados a determinados sindicatos e aposentados e pensionistas do INSS. De acordo com Assis (2014), o Banco Central do Brasil reporta que o empréstimo consignado não foi criado neste período, contudo, até aquele momento, era extremamente restrito. Após a regulamentação da consignação em folha, essa modalidade se difundiu rapidamente e transformou-se em um objeto de competição entre os bancos. Como evidência a (Tabela 8), o sucesso do crédito consignado foi tanto que em seus primeiros anos de implantação seu crescimento de saldo foi muito ao superior crescimento apresentado pelo crédito pessoal com recursos livres referenciais para taxas de juros pré-fixadas, uma modalidade que antes já era amplamente conhecida e difundida no mercado e que pode ser concedida com a mesma finalidade do crédito consignado.

**Tabela 8 – Saldo das operações de Crédito (2004-2010)**

Ano	Saldo das operações de Crédito			Variação anual %		
	Consignado		Crédito Pessoal	Consignado		Crédito Pessoal
	Trabalhadores Públicos	Trabalhadores Privados	Pré fixado	Trabalhadores Públicos	Trabalhadores Privados	Pré fixado
2004	14.609	2.542	42.817	-	-	-
2005	27.902	3.802	62.786	91%	50%	47%
2006	42.124	6.025	78.985	51%	58%	26%
2007	56.179	8.506	99.884	33%	41%	26%
2008	68.201	10.689	131.089	21%	26%	31%
2009	92.961	14.922	162.263	36%	40%	24%
2010	118.236	20.003	202.377	27%	34%	25%

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Além dos produtos financeiros responsáveis pela ascensão do endividamento da população brasileira citados anteriormente, deve-se dedicar uma atenção especial ao cartão de crédito. O cartão de crédito é o produto que representa o maior percentual de endividamento dos brasileiros em relação aos demais existentes. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada a partir de 2010, desde o início da série histórica até o ano de 2020 cerca de 70,7% do endividamento das famílias é causado pelo uso do cartão de crédito.

Como o uso do cartão de crédito não requer o desembolso imediato do dinheiro, este produto pode estimular a realização de compras impulsivas. Muller, Claes, Mitchell, Faber e Zwaan (2011) ressaltam que atos impulsivos levam os indivíduos a perder o controle sobre suas finanças, conduzindo-os a situação de endividamento.

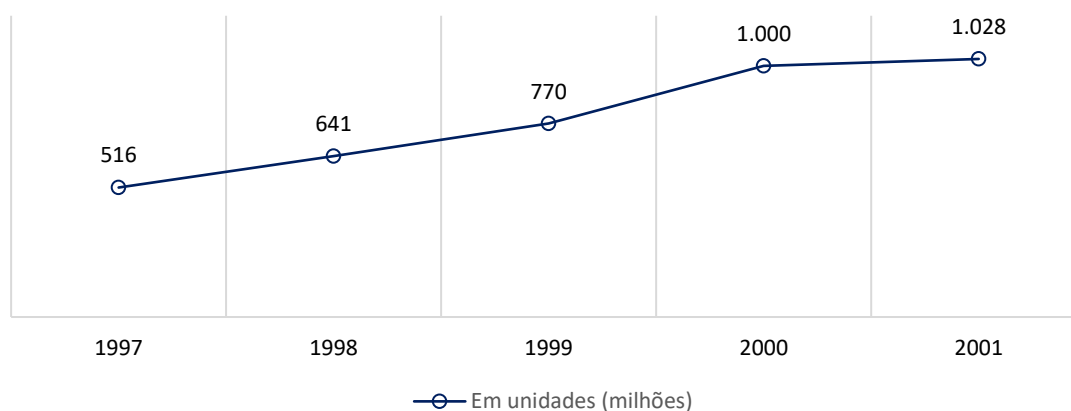
Segundo Ribeiro e Lara (2016), até a década de 1980 a oferta de cartão de crédito era limitada às camadas da sociedade de renda mais elevada. Os autores destacam o processo de popularização dos cartões de crédito através de Costa (2008):

Para se adquirir um cartão de crédito em 1987 era necessária a comprovação de renda com no mínimo cinco salários mínimos. Dez anos mais tarde já era

possível ter um cartão de crédito com renda mensal de R\$ 200,00 e em alguns casos sem pagamento de anuidade. Em 2007 já existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda de até R\$ 500,00. O número de trabalhadores com essa renda que tinha adquirido cartão de crédito era de 5 milhões no ano 2000 (Costa, 2008, p. 158)

Tendo em vista a rápida propagação do cartão de crédito na sociedade brasileira, Wang e Ikeda (2005), enfatizam que foi após a implementação do Plano Real em 1994 e a estabilização econômica do país que milhares de estabelecimentos passaram a aceitar o cartão de crédito e a base de portadores de cartão cresceu acentuadamente. O gráfico 8 abaixo mostra o efeito da explosão do uso do cartão de crédito logo após ao início de sua popularização. Somente entre os anos de 1997 e 2001, o número de transações em cartões de crédito praticamente dobrou: foi do patamar 500 milhões de transações em 1997 para 1 bilhão de transações em 2001.

**Gráfico 8 - Cartões de Crédito - Número de Transações**

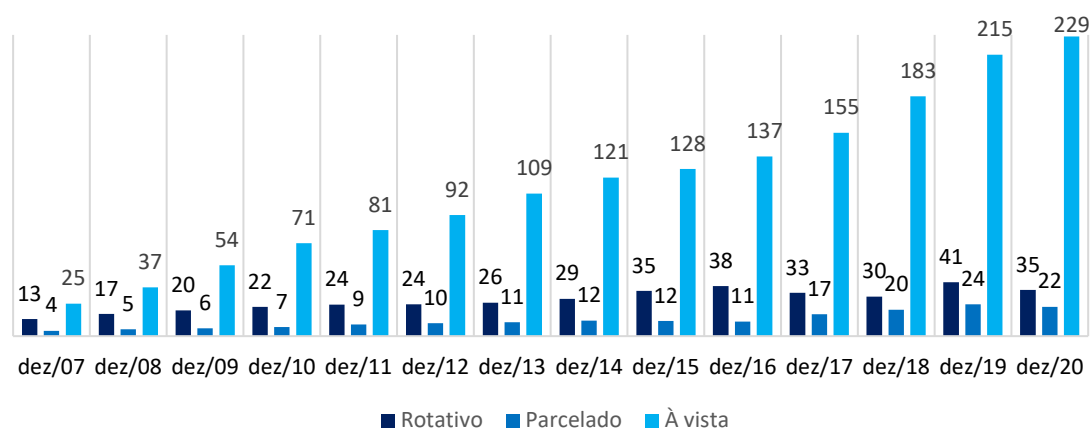


Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Conforme o Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento do Banco Central do Brasil (BCB) entre 2003 e 2007 o estoque de cartões de crédito emitidos cresceu aproximadamente 200%, de (+39 milhões) em 2003 para (+118 milhões) em 2007. E nessa mesma época o número de cartões ativos, aumentou cerca de 190%, alcançando a marca de (+66,6 milhões) de cartões ativos.

Dados mais atuais retirados do Banco Central do Brasil (BCB) – (Gráfico 9) – mostram que desde 2007 o saldo da carteira de cartões de crédito à vista vem crescendo ano após ano. Entre o início e o fim da série histórica houve uma ampla evolução de 826%. As modalidades de cartão de crédito parcelado e rotativo ficam em um patamar mais baixo, contudo apresentam sucessivos crescimentos com algumas quedas pontuais.

**Gráfico 9 - Saldo da carteira de Cartão de Crédito (em R\$ bilhões)**



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Com a popularização e ampla oferta dos produtos e serviços financeiros e a facilidade de acesso ao crédito, muitos brasileiros passaram a consumir além de suas condições financeiras. O consumo desenfreado pode gerar níveis de dívida capazes de esgotar a capacidade de pagamento, provocando diferentes patamares de endividamento.

Há uma variedade de conceitos que elucidam os graus de dificuldade financeira. Em ordem crescente pode-se dizer que existe endividamento, sobreendividamento e inadimplência. Contudo, na maior parte dos casos, tais conceitos são entendidos como sinônimos. Por essa razão, é preciso distingui-los e explicá-los corretamente.

De acordo com Ferreira (2006), a palavra endividamento é embrionária do verbo endividar e significa adquirir dívidas. Também é possível compreender o endividamento como um processo de quitação das necessidades de consumo através da utilização de recursos de terceiros. Segundo Bortolluzi, Bolligon, Hollveg e Medeiros (2015), o sobreendividamento se refere às circunstâncias nas quais o devedor é incapaz de liquidar uma parte de seus compromissos financeiros sem colocar em risco o sustento familiar. Desse modo, apesar de que o devedor continue pagando suas dívidas, ele o faz com severas dificuldades. A inadimplência se trata da situação mais crítica do endividamento, na qual, o indivíduo não consegue saldar um contrato, exprimindo a ausência de pagamento ou o não cumprimento de um acordo.

Há inúmeros fatores que levam os indivíduos ao endividamento, sobreendividamento e inadimplência. Lucke, Filipin, Brizolla e Vieira (2014) afirmam que as empresas utilizam o marketing e a propaganda como uma ferramenta para estimular o indivíduo a acreditar que o consumo o torna parte integrante da sociedade, como se a carência de algum produto simbolizasse a não aceitação social.

Mensagens de diversos tipos e apelos são direcionadas aos consumidores diariamente, as mesmas buscam incitar os cidadãos à altos níveis de consumo de novos produtos ou até mesmo levam os mesmos a optarem pela substituição de mercadorias que já possuem, sendo que a troca muitas vezes não é considerada urgente. São publicações em outdoors, e-mails, telefones celulares, no rádio do carro ou do ônibus, na televisão, em casa ou no trabalho, no amigo ou colega de trabalho que está sentado ao lado, ou seja, em diversos locais estão expostos atrativos e promoções, motivando o aumento das compras, e por conseqüência o endividamento. (LUCKE, FILIPIN, BRIZOLLA E VIEIRA, 2014, p. 2)

A inexperiência e a falta de conhecimento em relação a educação financeira é um dos fatores mais relevantes concernentes ao processo de endividamento. Grande parte das pessoas não elaboram um planejamento de gastos, o que prejudica o controle financeiro. A organização das finanças viabiliza o estabelecimento de metas de consumo mais claras, inibindo decisões imediatistas.

Conforme Savioa, Saito e Santana (2007) a educação financeira é um processo de difusão de conhecimento que possibilita aos indivíduos o desenvolvimento de competências para que sejam capazes de tomar decisões seguras e fundamentadas, de modo a aperfeiçoar o planejamento de suas finanças pessoais. Cherobin e Espejo (2010) ressaltam que o estudo em Finanças Pessoais se baseia na aplicabilidade dos conceitos financeiros pela família ou indivíduo em suas preferências cotidianas. Em vista de auxiliar o gerenciamento financeiro, as finanças pessoais consideram as eventualidades financeiras de cada pessoa, tal como o momento de vida em que ela se encontra.

Macedo Jr, Kolinsky e Moraes (2011) destacam que os indivíduos devem tornar constantes as decisões de âmbito financeiro em suas vidas, para aprimorar a forma como escolhem. Uma decisão pode suceder de variadas alternativas e direções a seguir, eger a correta requer um grau razoável de conhecimento sobre finanças pessoais. Consumidores conscientes buscam por produtos adequados a suas necessidades financeiras, exigindo que instituições financeiras criem produtos que se encaixem melhor a essas demandas.

Visto que o nível de conhecimento pode afetar a maneira como o indivíduo trata suas finanças, Norvilitis (2006) enfatiza que a falta de habilidade em lidar com o dinheiro provoca maiores dificuldades no entendimento de conceitos financeiros básicos. Assim, o aumento do nível de educação financeira pode colaborar com a consolidação da estabilidade econômica, uma vez que os cidadãos se tornam mais aptos nos momentos de tomada de decisão.

Ferreira (2006) complementa que a inexperiência financeira faz com que muitos endividados não consigam passar o mês dentro de seu orçamento, estes passam a trabalhar exclusivamente para saldar suas dívidas, impedindo a recuperação do equilíbrio econômico.

Desse modo, a educação financeira se torna indispensável a diversos objetivos: auxilia os indivíduos a tomarem decisões sensatas acerca de suas vidas financeiras, facilita o

processo de inclusão bancária por meio da transmissão de informações, descomplica o entendimento e amplifica difusão de novos produtos e canais ofertados, abranda o risco de endividamento, sobreendividamento e inadimplência e reestabelece a estabilidade e a confiança do sistema financeiro.

Visto a tamanha importância da educação financeira na vida dos indivíduos e, sobretudo, das famílias, em dezembro de 2010 o Brasil criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). A Enef está ligada a um projeto de Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no qual o Brasil é um país convidado, que já não é membro efetivo da organização.

A Enef se caracteriza como uma mobilização para a promoção de ações de educação financeira, securitária e previdenciária e fiscal no Brasil. A missão da mobilização é “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes”<sup>2</sup>. Seu plano de ação foi iniciado em 2011 e a proposta inicial consentia em prover a Educação Financeira a todos os estágios de ensino, desde o básico (fundamental e médio) bem como a jovens e adultos.

Além da Enef criada pelo governo brasileiro, há outras importantes instituições financeiras que promovem a difusão da educação no Brasil. O Banco Central do Brasil criou o Programa de Educação financeira (PEF-BC) destacando sua função de agente promotor da estabilidade econômica. O PEF-BC tem como objetivo orientar a sociedade sobre assuntos financeiros, para que os indivíduos compreendam os vínculos que influenciam suas vidas na área da economia e das finanças.

O instituto SICOOB criou o Programa Voluntário Transformador para difundir os conhecimentos de educação financeira de modo a “contribuir no planejamento financeiro, disseminar conceitos e práticas saudáveis em relação ao dinheiro, bem como fortalecer

---

<sup>2</sup> Essa descrição da missão está no site da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2021.

ações para a autodisciplina e o controle do orçamento”<sup>3</sup>. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disponibiliza esclarecimentos sobre o uso diversos produtos financeiros e o Serasa criou em seu site o chamado Guia de Orientação ao Cidadão que ampara os indivíduos na administração de seus recursos financeiros.

De acordo com Savioa, Saito e Santana (2007), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) não determina em sua pauta a obrigatoriedade da matéria de educação financeira no sistema de ensino brasileiro. Conforme os parâmetros curriculares nacionais do MEC, o ensino de matemática contribui com a criação de estratégias, argumentação, espírito crítico e favorece a criatividade e a autonomia do desenvolvimento e da confiança na própria capacidade de conhecer e enfrentar desafios.

Kistemann, Canedo e Britto (2014) destacam que o ensino de matemática no Brasil, se aplica somente a competências matemáticas básicas e neutras. A educação financeira se limita ao plano de domínio dos algoritmos, procedimentos e modelos matemáticos prontos em situações de consumo específicas.

A educação financeira, da forma como a concebemos e praticamos, se alinha aos pressupostos da educação matemática crítica, considerando que a matemática em ação nas situações de consumo deva ser alvo de reflexão, no sentido de desvelar a ideologia da certeza matemática que pode estar aí camuflada, servindo a interesses de grupos políticos e econômicos. Não vislumbramos espaço para essa concepção educacional no paradigma do exercício, visto que esse modelo didático é solo fértil para a ideologia da certeza. (Kistemann, Canedo e Britto, 2014, p. 7)

Savioa, Saito e Santana (2007) acrescentam que a atuação do MEC se mostra ineficaz em todos os níveis de ensino. Além disso, as iniciativas a disseminação do conhecimento acerca da educação financeira se mostram pouco eficientes e não atendem as carências da população. Outras entidades associadas ao governo como a CVM, Ministério da Fazenda e a Secretaria da Fazenda possuem projetos na área da educação financeira, mas ainda estão distantes de habilitar a população adulta sobre o tema. A regulamentação definitiva

---

3 Descrição retirada do site da SICOOB. Disponível em: <https://www.institutosicoob.org.br/programas-e-projetos/cidadania-financeira?slug=cidadania-financeira>. Acesso em 21 out. 2021

e obrigatória dessa matéria por algum órgão governamental poderia sanar essa deficiência na sociedade.

Diante desse cenário, outras ações são sugeridas: estímulo à hábito de poupança na população, introdução projetos de educação financeira em todos os âmbitos de ensino e a disseminação e desenvolvimento conceitos financeiros como os de créditos, investimentos e consumo.

O Brasil sofre com uma conjuntura alarmante em relação a educação financeira de seus cidadãos. Nota-se a urgência na inserção do tema em todas as esferas da sociedade, considerando o alto nível de endividamento dos indivíduos. Além do indispensável apoio de iniciativas do setor privado, o setor público possui o papel fundamental de impulsionar a proliferação, robustecimento e a solidificação da educação financeira.

### **CAPÍTULO 3 - PROGRESSO DO ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

Como mencionado anteriormente, a dinâmica do endividamento da população brasileira de baixa renda em relação ao mercado creditício iniciou-se nos anos 2000, quando ocorreu a abertura comercial do país facilitando e popularizando o acesso a diversas modalidades de crédito. Por consequência, a variedade de produtos ofertados induziu os indivíduos a gerar maiores gastos, consumindo além de suas condições financeiras, uma vez que muitos passaram a enxergar o crédito como um artifício de aumento de renda, dificultando o entendimento acerca das consequências que a má gestão de recursos pode causar.

Para melhor elucidar e validar a evolução do processo de endividamento das camadas mais modestas da sociedade brasileira com o que foi retratado nos capítulos anteriores foram coletados dados gerais da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor<sup>4</sup> (qualitativos e quantitativos) de famílias com renda de até dez salários-mínimos.

Na Tabela 9 abaixo, é possível verificar que mais de metade das famílias brasileiras encontravam-se endividadas entre o período de 2010 e 2020. Apesar de representar um percentual relevante, ainda não é considerado algo alarmante uma vez que conceito de endividamento apenas se refere a indivíduos que contraíram alguma dívida concernente a um produto de crédito, seja ela um longo empréstimo ou até mesmo uma compra no cartão de crédito. Desse modo, os dados que causam maior preocupação são: Famílias com Contas em Atraso e Famílias que Não Terão Condições de Pagar. O

---

<sup>4</sup> A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) é realizada mensalmente desde janeiro de 2010 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A pesquisa tem como finalidade identificar o nível de endividamento e inadimplência do consumidor. Seus principais indicadores são: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

primeiro se caracteriza como sobreendividamento e o segundo como inadimplência, conceitos que são entendidos como níveis mais críticos em uma situação de endividamento.

**Tabela 9 – Endividamento das famílias brasileiras (2010-2020)**

Ano	Famílias Endividadas (%)	Famílias com Contas em Atraso (%)	Famílias que Não Terão Condições de Pagar (%)
	Até 10 SM	Até 10 SM	Até 10 SM
2010	50,04%	16,22%	6,12%
2011	49,06%	15,02%	5,81%
2012	52,35%	18,40%	5,76%
2013	57,32%	20,03%	7,07%
2014	53,04%	16,27%	5,97%
2015	52,79%	17,91%	7,44%
2016	54,62%	22,47%	8,85%
2017	56,77%	24,00%	10,30%
2018	56,66%	24,26%	11,04%
2019	59,89%	26,01%	11,63%
2020	61,40%	23,38%	10,57%

Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – série histórica por renda

Ao analisar a Tabela 9, é possível verificar três períodos marcantes no decorrer do processo de endividamento: a boa situação dos índices principalmente nos dois primeiros anos da série histórica, o “divisor de águas” iniciado em meados de 2015 e a perceptível piora nos dois últimos anos.

O primeiro período marcante, que corresponde aos anos de 2010 e 2011, reflete os resultados gerados pela expansão creditícia ocorrida entre 2003 e 2008. Durante esse período, ocorreu uma visível mudança patrimonial do setor bancário ocasionado pela favorável situação econômica que permitiu a preferência da rentabilidade à liquidez pelas instituições financeiras, como consequência houve a diminuição das aplicações em títulos públicos e o aumento do volume das operações de crédito.

O segundo período é perceptível ao observar a Tabela 9 em seu conjunto: fica evidente que durante primeiros cinco anos da série histórica os índices de endividamento das famílias se mostram melhores do que nos últimos cinco. No entanto, esse fato se deve ao que é denominado aqui como “divisor de águas”: a intensa deterioração do cenário político econômico brasileiro nos anos de 2015 e 2016 mencionada no capítulo 1. Esse período foi marcado pela forte desaceleração da oferta e demanda de crédito e pelo aumento da fragilidade financeira dos agentes econômicos, levando os bancos a priorizarem liquidez à rentabilidade.

Já o terceiro e último período se trata dos anos de 2019 e 2020 que mostraram os piores índices de endividamento da série histórica. Esses dois últimos anos acompanham o movimento de piora iniciado em 2015. Contudo, nesse contexto é de extrema importância enfatizar o fenômeno atípico ocorrido ano de 2020 - mencionado no final do capítulo 1-: a pandemia do corona vírus. Como mostrado na Tabela 9, em 2020 o índice de famílias endividadas bateu um recorde histórico de 60,40%. Assim como na maior parte as crises, a camada da população mais atingida foi a dos indivíduos de baixa renda: muitos perderam seus empregos e tiveram de passar meses sobrevivendo na dependência de um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal intitulado Auxílio Emergencial.

Como visto anteriormente, quando há uma piora no cenário econômico as taxas de juros se elevam ocorre uma retração creditícia por parte das instituições financeiras. Contudo, mesmo com a evidente piora do cenário econômico em 2020, ainda houve o aumento das concessões de crédito em relação ao ano anterior - como retratado pela Tabela 5. Isso ocorreu pois o Banco Central do Brasil tomou a medida de reduzir a taxa Selic como uma maneira de mitigar os impactos causados pela Pandemia. Desse modo, apesar da queda na concessão de crédito das linhas voltadas para o consumo, houve um aumento do volume creditício total designado para pessoas físicas em função da expansão crédito imobiliário, uma vez que suas taxas acompanharam o movimento de queda da Selic.

Assim, a partir da análise da Tabela 9, é curioso notar que - com exceção ao evento pandêmico atípico de 2020 – nos períodos em que o cenário econômico se mostra favorável, refletindo em movimentos de expansão creditícia, os índices de endividamento se mostram mais baixos. Já nos momentos em que a situação econômica é desfavorável, ocorrem retrações creditícias e os índices se tornam mais altos. Esse fato é interessante pois cria a reflexão: Por que o índice de endividamento se mostra mais elevado quando existe uma menor oferta de crédito no mercado e vice-versa?

Conforme hipótese minskyana abordada no capítulo I, os indivíduos tendem a tornar-se mais endividados em períodos de crescimento econômico como forma de expandir seu consumo. Contudo, não é o que os dados da Tabela 9 mostram. Desse modo, se faz necessário discorrer aqui a respeito desse conflito de ideias.

Retomando os princípios de Minsky, afirma-se que quanto melhores as expectativas dos agentes econômicos, mais propensos aos riscos eles estarão. As famílias passam a gerar maiores dispêndios e as instituições financeiras concedem maiores volumes de crédito. Assim, com a melhoria do cenário econômico, juros baixos e maiores prazos de pagamento é natural que os indivíduos comecem a adquirir mais crédito. E é por isso que estes se tornam mais endividados segundo Minsky, pois aumentam sua demanda em relação ao crédito.

Já os dados mostrados na Tabela 9 que manifestam o efeito contrário descrito por Minsky pode ser explicado por outra ótica. Nos momentos em que as expectativas dos agentes econômicos são ruins, estes tendem a possuir uma maior aversão aos riscos. As famílias passam a ter um maior controle sobre suas finanças e os bancos reduzem a oferta de crédito. Conseqüentemente, o movimento de retração creditícia faz com que os juros se elevem a patamares altíssimos e os prazos se tornem cada vez menores, fazendo com que os indivíduos se encontrem mais endividados em função do maior comprometimento da sua renda.

A vista dos pontos colocados acima, pode-se dizer que não existe apenas um único motivo correto e indubitável que explique o porquê de os indivíduos se endividarem mais ou menos em determinados períodos econômicos. A discussão se apoia em uma ampla variedade de informações.

Portanto, afirma-se que há razões diversas que podem explicar o maior ou menor grau de endividamento da população de baixa renda ao longo do tempo, e que em cada caso, cabe analisar o maior número de variáveis possível e avaliar o motivo mais adequado para ser o intitulado como “culpado”. Eleger apenas um elemento distorceria o tema e não refletiria sua devida importância e profundidade.

Além da questão período econômico versus grau de endividamento populacional, outro propósito desta pesquisa é compreender aos motivos pelos quais as famílias se tornam endividadas e conseqüentemente vulneráveis em relação ao sistema econômico. Como evidenciado ao longo do capítulo 2, de acordo com a bibliografia levantada, diversos autores se empenham em esclarecer tais motivos. As justificativas encontradas possuem dois vieses predominantes: o microeconômico e o macroeconômico. O primeiro trata de fatores comportamentais e condutas inertes ao sujeito e o segundo averigua elementos externos que estão fora do controle dos indivíduos.

A perspectiva microeconômica é abordada por autores como Bauman (2008) e Lucke, Filipin, Brizolla e Vieira (2014) ao defender a ideia de que o ser humano é induzido a assumir hábitos consumistas, seja para sentir-se satisfeito no momento da compra, ou para obter algum tipo de validação social. Ademais, há outras abordagens focadas no estudo das finanças comportamentais que analisam o desenrolar da tomada de decisões dos indivíduos com base em suas ações e condutas de viés psicológico.

A visão macroeconômica é desenvolvida por como Lopes (2012) que analisa a expansão do acesso ao crédito às camadas mais modestas da população, e por Ribeiro e Lara (2016) que examinam a criação e ampliação de produtos e serviços creditícios. Incorporado ao que é retratado por esses autores, são introduzidas as questões referentes a de taxas de juros, prazos de pagamento, e o comportamento e do setor

bancário. Adicionalmente, é apresentado o debate acerca da educação financeira e a escassez de conhecimento dos indivíduos sobre os produtos de crédito bancário e seu funcionamento, o que é apontado por muitos autores como um dos principais determinantes do alto grau de endividamento da população brasileira de baixa renda.

De acordo com as informações e dados reunidos nesta pesquisa, não é concebível constatar que unicamente fatores micro ou macro são responsáveis pelo endividamento. Apesar do importantíssimo processo de tomadas de decisões abordado pela microeconomia, não se pode desprezar a estrutura macro existente. Tampouco é possível condenar os fatores macroeconômicos como culpados pelo endividamento, pois é preciso levar em conta os movimentos microeconômicos existentes.

Além disso, outro elemento essencial que muitos autores apontam como um dos principais determinantes do endividamento da população de baixa renda é o problema da educação financeira no Brasil. Contudo, mesmo com as leituras realizadas não é possível afirmar que os indivíduos impreterivelmente se endividam por sua falta de conhecimento e não pela situação econômica desfavorável do país, ou por motivos pontuais como a perda de emprego ou da renda, morte do responsável financeiro da família, separação conjugal, gravidez não programada etc.

À vista disso, de acordo com a investigação da literatura levantada ao longo desta pesquisa, averigua-se que não há uma concordância sobre o principal motivo que leva os indivíduos ao endividamento. As abordagens macro e microeconômicas emergem diferentes discussões com fundamentos extremamente válidos. Ambas as perspectivas possuem suas respectivas relevâncias.

É inviável eleger um elemento responsável pelo endividamento das famílias, pois diversos pontos que devem ser considerados. Em cada situação, deve ser feita uma análise minuciosa acerca do contexto social em que esses indivíduos vivem, o cenário econômico no qual estão inseridos, seu grau de instrução e conhecimento em relação aos produtos creditícios bancários etc. Todas essas variáveis são importantes para a análise. Não se

pode generalizar o motivo pelo qual as famílias se endividam. Cada família possui uma particularidade e todos os fatores possíveis devem ser levados em conta.

Desse modo, ao analisar as discussões acima, sobretudo é necessário destacar a grande complexidade da evolução do tema do endividamento. Por ser um assunto que carrega consigo uma abundância de informações, oferece riquíssimos debates e discussões. Sendo assim, a atribuição de uma ou algumas razões específicas para o problema do endividamento se mostra inconclusiva em todos os âmbitos. É indispensavelmente necessário investigar cada cenário cuidadosamente, levando em conta o máximo de elementos existentes para conceber um diagnóstico válido que não esgota a profundidade do tema.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento do mercado creditício sobretudo a partir dos anos 2000, viabilizou a maior participação de classes mais modestas da sociedade no setor bancário, promovendo sua maior dinamização. Apesar do benefício de encontrar-se mais bancarizadas, essas classes passaram a possuir maiores dificuldades concernentes ao comprometimento de sua renda, e, por consequência, problemas de endividamento que variam entre níveis leves e graves.

As investigações em relação aos cenários e contextos econômicos ao longo do período estudado, tratadas no capítulo 1, se apoiaram na chamada hipótese minskyana. Minsky leva em conta as expectativas dos agentes (firmas, famílias e bancos) em relação ao futuro esperado para conjuntura econômica para suas tomadas de decisões, que serão mais ou menos avessa aos riscos.

O movimento de maior adesão aos variados produtos creditícios e a evolução do endividamento em si foi tratado ao longo do capítulo 2. O vasto levantamento bibliográfico, trouxe as perspectivas macro e microeconômicas além de questões referentes ao grau de instrução dos indivíduos e a educação financeira no Brasil.

O capítulo 3, por sua vez, tratou de elucidar os dois primeiros capítulos e trazer questões para responder os principais objetivos da pesquisa: entender a evolução do endividamento de acordo com o cenário econômico e entender os motivos pelos quais a população de baixa renda se torna facilmente endividada e vulnerável.

Ao analisar todos os fatores coletados nos capítulos 1 e 2, foi possível identificar que o problema do endividamento é inconclusivo. O endividamento se trata de um tema extremamente complexo. Não existem respostas corretas e generalizadas que podem explicar as causas do progresso do endividamento. Ressalta-se a importância do levantamento do maior número de dados e informações para que seja possível realizar o

diagnóstico das razões com a maior precisão possível. Após a exposição da evolução do endividamento das famílias brasileiras de baixa renda em relação aos produtos de crédito bancário e do comportamento das instituições financeiras, fica evidente a profundidade do tema devido ao grande volume de dados, informações e debates encontrados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFAVEA – séries temporais

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. **Empréstimo consignado: o Estado regulamenta, o trabalhador contrata e o capital lucra**. In: XIV ENPESS, 14., Anais..., Natal, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB) RELATÓRIO SOBRE A INDÚSTRIA DE CARTÕES. Disponível em <[https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Publicacoes\\_SPB/Relatorio\\_Cartoes.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Publicacoes_SPB/Relatorio_Cartoes.pdf)>. Acesso em: 2 de outubro de 2021.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de economia bancária, vários anos.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais, vários anos.

BORTOLUZZI, D.; BOLIGON, J.; HOLLVEG, S.; MEDEIROS, F. **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011 à 2014**. Unicer, 2015.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. História e Economia, revista interdisciplinar, São Paulo, v. 4, n. 2, 2008.

Disponível em :<<https://www.emgea.gov.br/Home/Page/6dc3c93c-5e83-48dd-83eb-e82507de9d59>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

DYMSKI, G.; POLLIN, R. **Hyman Minsky as hedgehog: the power of the Wall Street Paradigm**. In: FAZZARI, S.; PAPADIMITRIOU, D. (Orgs.). Financial conditions and macroeconomic performance. Armonk/London: M. E. Sharp, 1992.

FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson, 2006.

HENNIGEN, I. **Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social**. Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, v. x, n. 4, p. 1173-1201, 2010.

KISTEMANN JR., M. CANEDO, N., BRITTO, R. **Discutindo Estratégias e Táticas Para uma Educação Financeira Crítica**. 2014.

LOPES, G. de O. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. 64 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LUCKE, V. A. C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. (2014). **Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS**. Anais dos Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil, 17.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para Discussão, IPEA, n. 2022, jan. 2015.

Muller, A.; Claes, L.; Mitchell, J. E.; Faber, R. J.; Fischer, J.; Zwaan, M. (2011). **Does compulsive buying differ between male and female students? Personality and Individual Differences**, 50(8), 1309-1312.

OLIVEIRA, G.; WOLF, P. J. W. **A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. Texto para Discussão, IPEA, n. 2243, out. 2016.

PAULA, Luiz Fernando de; ALVES JUNIOR, Antonio J. **COMPORTAMENTO DOS BANCOS E CICLO DE CRÉDITO NO BRASIL EM 2003-2016: UMA ANÁLISE PÓS-KEYNESIANA DA PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ**. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e202425, 2020.

PEIC – Séries Temporais

RIBEIRO R.; LARA, R. **O Endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Cortez Editora Ltda, 2016.

Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. de A. (2007). **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista De Administração Pública, 41(6), 1121 a 1141.

Site Enef. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

Site Febraban. Disponível em: <<https://portal.febraban.org.br/>>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

Site SICOOB. Disponível em: <https://www.institutosicoob.org.br/programas-e-projetos/cidadania-financeira?slug=cidadania-financeira>. Acesso em 21 outubro 202.

SOUZA, M. A. P. de. **O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal**. 118 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WANG, H; IKEDA A. **Análise do Mercado de Cartão de Crédito Brasileiro**, 2005.